

# economia

## EUA propõem novo tarifaço de 25% contra itens do Brasil

Órgão americano acusa País de impor restrições a empresas americanas

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O governo Trump concluiu a investigação da seção 301 contra o Brasil e propôs novo tarifaço de 25% sobre bens importados do país. A investigação aconteceu por meio do USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA), que fez a sugestão de um novo tarifaço como resposta ao que vê como práticas comerciais injustas do Brasil. A decisão sobre aplicação ou não cabe ao presidente dos EUA, Donald Trump.

Agora, o USTR vai abrir uma consulta para que o setor privado comente os resultados antes da elaboração do relatório definitivo, que precisa ser publicado até 15 de julho.

Mesmo que preliminar, a decisão negativa para o Brasil acontece na esteira da decisão dos EUA de designar CV e PCC como terroristas e reforça a pressão do governo republicano sobre o governo Lula.

Por meio de comunicado, o USTR, que é comandado pelo embaixador Jamieson Greer, afirma que propôs medidas de resposta para consulta pública, enquanto os “Estados Unidos continuam a manter negociações intensas com o Brasil em busca de uma solução para as preocupações americanas”.

“Lancei esta investigação sob a Seção 301 por determinação do presidente Trump para tratar de preocupações antigas e persistentes dos Estados Unidos em relação a determinadas políticas e práticas comerciais do Brasil. Ao longo do último ano, o presidente Trump e eu tivemos várias reuniões construtivas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros, que se intensificaram nas últimas semanas”, afirma Greer.

Segundo o embaixador, os países continuam “tendo divergências substanciais sobre a resolução dos temas identificados nesta investigação. Espero continuar o diálogo com o governo brasileiro antes do prazo legal de 15 de julho de 2026 para a adoção de medidas de resposta.”

A sugestão prevê 25% de tarifas sobre os produtos brasileiros, mas exclui uma ampla lista de bens considerados estratégicos para a economia dos Estados Unidos ou cuja oferta doméstica é



Decisão sobre aplicação ou não cabe ao presidente dos EUA, Donald Trump

insuficiente. Entre eles estão diversos alimentos e produtos agropecuários, como carne bovina, castanha-do-pará, castanha de caju, coco, banana, manga, mamão, abacaxi, laranja, limão e outras frutas tropicais.

O anexo também preserva matérias-primas e produtos que poderiam causar problemas de abastecimento ou aumento de preços caso fossem taxados. O próprio USTR afirma que as isenções abrangem itens cuja tributação poderia provocar interrupções econômicas mais amplas, além de produtos que não podem ser produzidos nos EUA em quantidade suficiente ou obtidos facilmente de outros fornecedores.

Outro destaque é a exclusão da indústria aeronáutica. O documento poupa aeronaves civis, motores, peças, componentes e simuladores de voo, preservando um dos setores mais integrados entre Brasil e Estados Unidos. Também ficam fora da medida materiais informativos, doações, bagagens acompanhadas e produtos já sujeitos às tarifas impostas por outras legislações comerciais americanas.

Entre os resultados da investigação, o USTR acusa o Brasil de impor restrições a empresas americanas de tecnologia por meio de decisões judiciais que ordenam a remoção de conteúdos, a suspensão de perfis e o sigilo dessas determinações. Também criticam multas e outras punições aplicadas às plataformas que não cumprem essas ordens. Além disso, alegam que políticas brasileiras favorecem empresas nacionais de pagamento eletrônico em detrimento de con-

correntes americanas.

O governo americano afirma que o Brasil concede tarifas mais baixas para centenas de produtos vindos do México e da Índia por meio de acordos comerciais preferenciais, sem oferecer tratamento equivalente aos produtos dos Estados Unidos.

Segundo o USTR, o Brasil não faz esforços suficientes para investigar, punir e prevenir casos de suborno e corrupção, o que prejudicaria a concorrência justa e os interesses comerciais americanos.

Por fim, os EUA argumentam que o Brasil falha no combate à falsificação e à pirataria, demora excessivamente para analisar pedidos de patente - especialmente no setor farmacêutico - e não mantém ações consistentes para proteger direitos de propriedade intelectual.

Assim, o escritório diz que, para garantir que seus pedidos sejam considerados, os interessados devem apresentar solicitações para participar da audiência pública, junto com um resumo de seus depoimentos, até 22 de junho de 2026. Comentários por escrito devem ser enviados até 1º de julho de 2026. Uma nova audiência sobre as medidas propostas acontecerá em 6 de julho de 2026.

Greer foi a autoridade que, na reunião entre Lula e Trump no início de maio, mais se queixou da forma como o Brasil conduz seu comércio com os Estados Unidos.

Esta investigação foi instaurada em julho de 2025, como uma das medidas anunciadas por Trump em reação ao que o republicano classificou como uma “caça às bruxas” contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

## Lula diz que anúncio da taxaço foi ‘intempestivo e baseado em mentiras’

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, nesta terça-feira, que os Estados Unidos anunciaram de forma “intempestiva” a taxaço de produtos brasileiros em 25%, medida que, segundo ele, foi baseada em uma “mentira”.

A decisão foi publicada nesta segunda-feira, dia 1º. O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) concluiu uma investigação sobre práticas comerciais brasileiras e propôs a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos importados do Brasil. As medidas devem entrar em vigor até 15 de julho, após audiência marcada para 6 de julho.

Ao comentar o novo tarifaço, Lula afirmou que os EUA justificam a medida alegando um déficit comercial com o Brasil, mas argumentou que, nos últimos 15 anos, os norte-americanos acumularam um superávit de US\$ 415 bilhões na balança comercial com o País. Segundo ele, a decisão baseia-se numa

“mentira”.

“Eu fiquei preocupado porque acho que o Pix assusta eles”, disse o presidente brasileiro. “Eu falei para o (presidente Donald) Trump: Cara, em vez de ter medo do Pix, coloca o Pix para funcionar nos Estados Unidos. Faz um Pix. É muito mais simples.”

Lula afirmou ainda que a preocupação dos norte-americanos é que o Pix possa afetar as empresas de cartão de crédito dos Estados Unidos que atuam no Brasil. Segundo ele, o sistema deve avançar sobre esse mercado por ser gratuito, público e de uso simples. “Brasil não aceita ser tratado como se fosse uma republiqueta”, continuou.

A declaração foi dada durante cerimônia de inauguração do Hospital Universitário da Universidade Federal de Catalão (HU-FCAT), em Goiás. Participaram do evento os ministros Alexandre Padilha (Saúde), Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da República) e Leonardo Barchini (Educação).

## Nova tarifa atingiria 27% das exportações nacionais, diz consultoria

A nova tarifa de 25% sobre produtos brasileiros vendidos aos EUA atinge 26,9% das exportações brasileiras, com destaque para a indústria de transformação, segundo cálculo do economista Sergio Vale, da consultoria MB Associados.

Os principais produtos afetados serão máquinas e equipamentos (dos quais o Brasil exportou US\$ 2,36 bilhões no ano passado), madeira e manufaturados (US\$ 1,24 bilhão vendidos em 2025) e produtos elétricos, como transformadores (cerca de US\$ 920 milhões), de acordo com o levantamento. “Basicamente foram afetados produtos industrializados. Cerca de um quarto dos impactados são máquinas e equipamentos”, afirma.

A estimativa do economista é que as isenções da lista da investigação da seção 301 representam US\$ 21,2 bilhões, ou 56,3%, do total de US\$ 37,7 bilhões que foram vendidos pelo Brasil aos Estados Unidos no ano passado.

Outros 16,8% estão sendo investigados em outra seção da legislação americana, a 232. São produtos como aço, veículos, autopeças, alumínio, derivados de aço e cobre. Eles não es-

tão nem isentos nem expostos à nova tarifa.

O economista avalia que apesar de o presidente americano, Donald Trump, acreditar que as tarifas estimularão a produção interna, a medida encarece os produtos ao consumidor americano, tornando a economia dos EUA menos eficiente.

“Nesse sentido, era esperado que houvesse um aprendizado em evitar taxar aquilo que causa processo inflacionário imediato por não ter substituto doméstico, mas continua a ideia equivocada de que os EUA produzirão mais desses produtos que vão deixar de comprar do Brasil.” Para ele, o momento é de buscar novos mercados.

O governo Trump concluiu a investigação da seção 301 contra o Brasil e propôs novo tarifaço de 25% sobre bens importados do país. A investigação aconteceu por meio do USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA), que fez a sugestão de um novo tarifaço como resposta ao que vê como práticas comerciais injustas do Brasil.

A decisão sobre aplicação ou não cabe ao presidente dos EUA, Donald Trump.